

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO CAMARA MUNICIPAL DE BREJETUBA

Relatório de Comprovante de Abertura de Processos

Filtros aplicados ao relatório

Número do processo: 0000069/2021 Número do processo:

0000069/2021

Número único: O14 L6.9R5-20

Página 1 / 1 Página 1 Data: 10/02/2021

Solicitação:

7 - Projeto de Resolução

Número do protocolo: 199

Número do documento:

Requerente:

30 - VEREADORES

CPF/CNPJ do requerente:

CPF/CNPJ do beneficiário:

Beneficiário: Endereço:

- 29630-000

Complemento:

Bairro: CENTRO

Loteamento:

Condomínio:

Município: Brejetuba - ES

Telefone:

E-mail:

Celular:

Fax: Notificado por: E-mail

Local da protocolização: 001.001.001 - PROTOCOLO

Localização atual:

001.001.001 - PROTOCOLO

Org. de destino:

Protocolado por:

Dorcas Jose Da Silva Celirio

Atualmente com: Dorcas Jose Da Silva Celirio

Procedência: Interna

Prioridade: Norma

Situação: Protocolado em: Não analisado 10/02/2021 11:48

Previsto para: 28/02/2021 11:46

Em trâmite: Não

Concluído em:

Súmula:

ENCAMINHA PROJETO DE RESOLUÇÃO N°001/2021.

Observação:

Dorcas Jose Da Silva Celirio

(Protocolado por)

VEREADORES (Requerente)

Hora: 11:48:58



MENSAGEM AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 001/2021

Exº Presidente Senhores Vereadores;

Estamos encaminhando o Projeto de Resolução nº 001/2021, para apreciação dos nobres pares, e pretendendo com ele aprovar a Instrução Normativa nº 001/2021, que dispõe sobre critérios dos procedimentos de protocolo e tramitação de documentos da Câmara Municipal de Brejetuba - ES, objetivando a implementação de procedimentos de controle.

Por estas razões pedimos o apoio dos nobres pares para a aprovação deste Projeto de Resolução 001/2021 em **Regime de Urgência**.

Plenário Mary Carmen Couto Dias Brejetuba/ES, 28 de janeiro de 2021.

DELURDES DA COSTA MIRANDA PRESIDENTE DENIS SÍMÕES DIAS VICE PRESIDENTE

LUCIANA MARIA DA SILVA 1ºSECRETÁRIO ANTÔNIO MARCOS BONIFÁCIO DE SOUZA 2º SECRETÁRIO



PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº001/2021

"DISPÕE SOBRE CRITÉRIOS DOS PROCEDIMENTOS DE PROTOCOLO E TRAMITAÇÃO DE DOCUMENTOS NA CÂMARA MUNICIPAL DE BREJETUBA-ES"

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BREJETUBA, ABAIXO ASSINADOS, no uso de suas prerrogativas legais, fazem saber que, após aprovação Plenária, promulga através da Presidência desta Casa a seguinte:

RESOLUÇÃO

CAPÍTULO I TÍTULO I DA FINALIDADE

Art. 1º - Dispõe sobre critérios nos procedimentos de protocolo e tramitação documentos da Câmara Municipal de Brejetuba-ES.

TÍTULO II DA ABRANGÊNCIA

Art. 2º - Esta Instrução Normativa abrange todas as Unidades Administrativas da Câmara Municipal de Brejetuba-ES.

TÍTULO III DA BASE LEGAL

Art. 3º - A presente Instrução Normativa tem como base legal as seguintes legislações; Constituição Federal, Constituição Estadual, Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal 615/2013, Instrução Normativa 001/2019 aprovada pela Resolução nº 001/2019.

TÍTULO IV DO CONCEITO

Art. 4º - Protocolo segundo o Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ apud PAES, 2005, p. 27) corresponde: "Denominação geralmente atribuída a setores encarregados do recebimento, registro, distribuição e movimentação de documentos em curso,







denominação atribuída ao próprio número de registro dado ao documento, e livro registro de documentos recebidos e/ou expedidos".

TÍTULO V DAS RESPONSABILIDADES

Art. 5° - É da responsabilidade do Protocolo Geral:

I - Viabilizar a expedição de documentos;

II - Comunicar aos órgãos/unidades, com antecedência, quaisquer alterações de horário

de recebimento das solicitações;

III - Adotar as providências necessárias ao correto funcionamento das remessas de documentos, estabelecendo e viabilizando os percursos a serem realizados e procedendo às alterações necessárias, sempre que houver inclusão de novos usuários ou outros fatores que possam afetar o fluxo normal dos trabalhos;

IV - Manter contato direto com os responsáveis dos órgãos/unidades, para efeito de controle e orientações gerais, alertando sobre a permanência que ultrapassar os prazos

previstos nesta Instrução Normativa.

Art. 6° - É da responsabilidade dos órgãos/unidades:

I - Fazer cumprir os horários definidos para recebimento pelo Protocolo Geral, providenciando a organização dos documentos com antecedência;

II - Comunicar ao Protocolo Geral quaisquer eventuais irregularidades ocorridas na

entrega de documentos;

III - Emitir a Guia de Remessa com todas as informações necessárias para facilitar a expedição de documentos;

IV - Manter arquivados os comprovantes de entrega de documentos;

Art. 7º - Os documentos transmitidos por correio eletrônico ou por fac-símile dispensarão o envio do seu original, salvo se o caso assim o exigir.

Parágrafo Único - Os órgãos/unidades remetentes e o Protocolo Geral observarão a relação custo/benefício na expedição de documentos, utilizando, na medida do possível, o correio eletrônico.

Art. 8º - As solicitações ao Protocolo Geral após o horário de funcionamento da Câmara Municipal e caracterizadas como urgentes, serão encaminhadas à Presidência da Casa, para as providências de prioridade de expedição, mediante manifestação por escrito do Presidente.

CAPÍTULO II DOS PROCEDIMENTOS TÍTULO I DO RECEBIMENTO DAS SOLICITAÇÕES E REQUERIMENTOS

A Charles



100



- Art. 9º Todas as solicitações e requerimentos serão recebidos no Protocolo Geral da Câmara Municipal e seguirão as regras e procedimentos dispostos nesta Instrução Normativa.
- § 1º Os Requerimentos deverão ser destinados a Câmara Municipal, em via original, contendo assinatura do requerente com todos os dados cadastrais preenchidos, como: nome, estado civil, nacionalidade, RG, CPF ou CNPJ, endereço residencial, CEP, telefone de contato, e-mail, causa de pedir e pedido, podendo conter como anexos: ofícios, memorandos, declarações ou quaisquer documentos que sirvam de esclarecimento ao objeto do pedido;
- § 2º Os processos serão cadastrados no Protocolo Geral através de sistema Informatizado, com os dados pessoais do requerente, no qual serão emitidos dois comprovantes de protocolo, sendo uma via entregue ao requerente e a outra juntada ao processo.
- \S 3° Em hipótese alguma será permitida a tramitação de documentos "em mãos".
- Art. 10 Ao requerimento será aposta capa, com numeração própria, nome do interessado, o assunto e seu complemento, sendo juntados todos os documentos recebidos na realização do protocolo.

Parágrafo Único – Será dispensada a autuação do processo quando se tratar dos seguintes documentos:

- I. Convites:
- II. Correspondências Bancárias;
- III. Periódicos (jornais e revistas);
- IV. Livros;
- V. Catálogos;
- VI. Impressos em geral.
- Art. 11 As folhas dos processos deverão ser numeradas em ordem sequencial crescente. A capa não conta para efeito de numeração.
- § 1º A numeração deverá ser feita mediante aposição, no canto superior direito do anverso de cada folha, de carimbo que identifique a unidade e o servidor responsável por tal ato com caneta esferográfica de tinta azul ou preta.
- § 2º Em caso de equívoco na numeração das folhas, competirá ao servidor que identificar tal fato, a renumeração da seguinte forma:
- I) riscar a numeração equivocada com caneta esferográfica de tinta vermelha;
- II) apor nova numeração logo abaixo da inutilizada, em caneta esferográfica de tinta azul ou preta com sua rubrica e carimbo de identificação da unidade respectiva.

THE CONTRACTOR OF THE PARTY OF



- § 3º As folhas, cujo anverso estiver em branco, deverão ser preenchidas com a frase "EM BRANCO", atravessando todo o espaço, na forma manuscrita ou mediante carimbo.
- § 4º A responsabilidade pela numeração incumbe ao responsável pelo setor de protocolo, devendo o mesmo conferir a numeração constante nos autos do processo.
- Art. 12 A requerimento do interessado ou de ofício poderá ser realizada a juntada abs autos de qualquer documento, devendo constar nos autos a referida juntada.

TÍTULO II DO ENCAMINHAMENTO E ANDAMENTO DO PROCESSO

Art. 13 – Ao receber as solicitações e requerimentos o responsável pelo setor de protocolo, efetuará estudo prévio para dar o devido encaminhamento ao setor competente para atendimento da solicitação, visando atender aos princípios da celeridade, eficiência e legalidade.

Parágrafo Único – Os requerimentos que estiverem incompletos, ao serem detectados no ato do protocolo, ou em qualquer fase do trâmite, serão devolvidos imediatamente ao requerente ou ao servidor responsável para adequação do pedido ou juntada de documentos, devendo constar os motivos e a remessa nos autos.

- Art. 14 O setor de protocolo fica incumbido de fazer o encaminhamento.
- Art. 15 É obrigatória a assinatura da ficha de andamento de processos no ato do recebimento pelos diversos setores da Câmara Municipal de Brejetuba, ato contínuo deverá de imediato ser registrado a tramitação no sistema Informatizado de protocolo.

Parágrafo Único – Ao receber o processo através do protocolo geral, o titular do se or competente deverá mencionar nos autos data de ciência do recebimento, e ao final data de conclusão do despacho.

Art. 16 - Os autos dos processos administrativos somente poderão ser remetidos de um órgão ou entidade a outro, por despacho do titular ou a quem for delegado, competindo o responsável pelo setor de protocolo, o respectivo encaminhamento, observado o disposto no artigo 10 desta instrução normativa.

Parágrafo Único - A remessa deverá ser feita obrigatoriamente no registro do sistema de protocolo e assinatura na ficha de andamento, sendo vedada qualquer outra forma de tramitação que não conste no sistema de protocolo.

Art. 17 - Os processos que tiverem os mesmos interessados e assuntos iguais ou semelhantes deverão ser juntados mediante solicitação justificada do responsável pela análise de qualquer dos feitos, os quais tramitarão em apenso, cujo termo deverá constar dos autos do processo que for considerado acessório.

The Colonial of the Colonial o







Parágrafo Único - Incumbirá ao protocolo do órgão/entidade providenciar a juntada de que trata o caput deste artigo, obedecendo a ordem cronológica crescente da numeração dos processos.

Art. 18 - O descumprimento das normas estabelecidas nesta instrução normativa autoriza a unidade que detectar o fato a devolver os autos ao responsável para fins de regularização.

TÍTULO III DA INFORMAÇÃO, PRAZO E CONCLUSÃO DO PROCESSO

Art. 19 — As informações e despachos quando não digitados, deverão ser legíveis, utilizando-se sempre de canetas com tinta azul ou preta, contendo a data, assinatura, tem como deverão ser claros e objetivos de modo a não gerar interpretações duvidosas.

Parágrafo Único – Não será permitido escrever informações no verso dos Requerimentos, folhas de informação ou nos anexos do processo, pois impossibilitará a microfilmagem ou digitalização documental, devendo ser refeita a informação, caso não atenda este procedimento.

Art. 20 – Havendo necessidade de desentranhamento, o setor que assim proceder deverá obrigatoriamente cientificar os servidores do Protocolo Geral, através de ofício e ou despacho nos próprios autos, no qual deve indicar o número da folha retirada, as folhas anexadas, a natureza do documento anexado, bem como as razões do procedimento com identificação legível e assinatura de quem autorizou tal procedimento, devendo juntar cópia legível do documento desentranhado.

Art. 21 – A devolução dos processos ao protocolo geral deverá ser imediata, sendo que o prazo de permanência dos processos nos setores e departamentos não poderá exceder a 05 dias úteis, com exceção da Procuradoria, a controladoria e o gabinete do presidente, que disporá do prazo de 08 dias para despachos e pareceres, ou por prazo superior dos mencionados, desde que justificados os motivos pela autoridade competente.

Parágrafo Único – Os requerimentos dirigidos à Procuradoria em caráter de Urgên**c**ia, assim informados pela parte requerente, disporão de 03 (três) dias úteis para despachas e pareceres.

- Art. 22 Caberá ao Protocolo Geral mediante solicitação do requerente diligenciar sobre a permanência de processos nos setores e departamentos além do prazo previsto no artigo anterior, devendo de imediato comunicar ao chefe da divisão sobre a ocorrência.
- Art. 23 As informações e os documentos solicitados por público externo, obedecerão ao disposto na lei de Acesso à Informação e Decreto de regulamentação da lei através do SIC Sistema de Informação ao Cidadão.
- **Art. 24** Nos casos específicos de atendimento do pedido pelo departamento, o processo deverá ser arquivado no próprio setor.

The Contract of the Contract o







- Art. 25 Após a conclusão do processo, com ou sem atendimento do pedido, o protocolo geral deverá comunicar ao interessado mediante ciência nos autos, aguardar o prazo de 30 dias e, após este prazo encaminhar o processo ao arquivo geral.
- Art. 26 Fica proibida a entrega do objeto do processo (Parecer, Alvará, Certidão ou quaisquer documentos), bem como o seu manuseio, findo ou não o Processo, senão ao requerente, ou seu procurador legalmente constituído.
- Art. 27 Não será permitida a carga dos processos, facultado a reprodução reprográfica do mesmo, mediante solicitação, ou vistas dos mesmos na sede da Câmara Municipal.
- Art. 28 Caberá à unidade de protocolo/atendimento, realizar quando autorizada pelo setor competente, o procedimento de extração de cópias e zelar pela integridade dos documentos que o compõem, dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, entregando o solicitante, mediante recibo.

TÍTULO IV DOS PEDIDOS E PROCESSOS DE COMPRAS E SERVIÇOS

- Art. 29 Todos os pedidos e requerimentos dependem de autorização do chefe do poder legislativo para sua aquisição, devendo em todos os casos ser observada a possibilidade de compra conjunta, a qual obedecerá os procedimentos legais.
- § 1º Os responsáveis pelas compras deverão se reunir no mínimo bimestralmente, para a viabilidade de compras conjuntas, devendo ser indicados os responsáveis pelo Presidente da Câmara Municipal.
- Art. 30 Os pedidos e requerimentos que tratarem de assuntos relacionados a compras, deverão vir acompanhados de no mínimo 03 (três) orçamentos, em papel timbrado do estabelecimento comercial solicitado.
- § 1º Nos casos excepcionais, em que não for possível a juntada dos orçamentos acima especificados, o solicitante deverá justificar de forma detalhada a impossibilidade do fornecimento dos orçamentos, acompanhada das solicitações via correio eletrônico, encaminhada aos estabelecimentos comerciais.
- § 2º Os orçamentos deverão estar com o valor total dos serviços ou materiais para verificação de viabilidade de compra direta ou modalidade de licitação.
- § 3º Os orçamentos deverão constar data posterior à data do pedido, e com prazo de validade nunca inferior a 30 dias.
- $\S~4^o$ Serviços e materiais deverão constar em pedidos e protocolos diferentes.

The spain







- **Art.** 31 Os pedidos e requerimentos que tratarem de aquisição de bens deverão ser criteriosamente especificados e, justificadas as aquisições, mediante memorial descrit vo no pedido.
- Art. 32 Os pedidos e requerimentos que tratarem de assuntos relacionados a aquisição de bens, deverão ser previamente consultados pelo solicitante junto ao setor Almoxarifado para análise do estoque existente.

TÍTULO V DOS PROCESSOS DE PAGAMENTO

- Art. 33 Os processos de pagamento obedecerão as seguintes normas:
- I As notas fiscais deverão ser recebidas junto ao setor de protocolo, devendo o servicor responsável receber e conferir das notas.
- III Deverão constar em anexo as Certidões negativas exigidas para efetuar o pagamento.
 III Ao receber os documentos mencionados no artigo acima, o Presidente da Casa, deverá atestar a referida nota constando que os serviços ou materiais foram entregues de acordo com o pedido.
- IV Após o procedimento adotado acima, o setor de protocolo, encaminhará o processo para a contabilidade para pagamento.
- **Art. 34** O prazo de tramitação de um processo, com início no setor de Protocolo ate o setor de empenho e Pagamento, é de 15 dias, salvo situações de emergência, devidamente justificado.

TÍTULO VI DO RECEBIMENTO DE CORRESPONDÊNCIAS

- **Art. 35** O recebimento das correspondências endereçadas à sede da Câmara Municipal de Brejetuba, será feito pelo responsável pela recepção, ao qual caberá efetuar estudo prévio, e seu imediato encaminhamento ao setor competente.
- **Parágrafo Único -** O setor que receber correspondência ou documento do qual não seja o titular, deverá de imediato providenciar seu encaminhamento ao setor competente, sob pena de responsabilidade legal.

CAPÍTULO IV TÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- **Art. 36 -** Os órgãos/unidades da Câmara Municipal, procederão à expedição e recebimento de documentos, observando, no que couber, as disposições desta Instrução Normativa e Lei de Acesso à Informação.
- **Art.** 37 A Câmara Municipal de Brejetuba deverá instalar software de pesquisa para acompanhamento dos processos via internet, através do número de protocolo.

Angle Amage



Con



- Art. 38 Os casos omissos nesta Instrução Normativa serão resolvidos conjuntamente pela Presidência, setor de protocolo e Unidade Central de Controle Interno.
- Art. 39 Esta Instrução Normativa deverá ser atualizada sempre que fatores organizacionais, legais ou técnicos assim o exigirem, a fim de verificar a sua adequação aos requisitos do Manual de Elaboração das Normas (Instrução Normativa nº 001/2019), bem como manter o processo de melhoria contínua.
- **Art. 40** O servidor que desobedecer as normas contidas nesta Instrução Normativa, ficará sujeito à responsabilidade civil, penal e administrativa, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- Art. 41 Revogadas as disposições em contrário esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Plenário "Mary Carmem Couto Dias Brejetuba-ES, 28 de janeiro de 2021.

DELURDES DA COSTA MIRANDA PRESIDENTE DENIS SIMÕES DIAS VICE PRESIDENTE

LUCIANA MARIA DA SILVA 1ºSECRETÁRIO ANTÔNIO MARCOS BONIFÁCIO DE SOUZA 2º SECRETÁRIO